

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS UTILIZADOS PARA MENSURAR A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL ENTRE OS ANOS 2000 E 2015

EVOLUTION OF THE MAIN SOCIAL AND ECONOMIC INDICATORS USED TO MEASURE SOCIAL INEQUALITY IN BRAZIL BETWEEN 2000 AND 2015

Paula Margarita Andrea Cares BUSTAMANTE*

Marcos Esdras LEITE**

Resumo: O artigo objetiva apresentar a origem do conceito de desenvolvimento socioeconômico e verificar como isso tem se dado no Brasil entre 2000 e 2015. Especificamente objetiva-se identificar o comportamento dos indicadores econômicos e sociais no Brasil nesse período. A metodologia foi a revisão bibliográfica com base nos textos de Souza (2012) e Paulani; Braga (2007) que apresentam a teoria de desenvolvimento econômico clássica, Jannuzzi (2012) e Montibeller (2007) que apresentam o conceito dos principais indicadores sociais. Os dados referentes aos indicadores sociais e econômicos foram extraídos de sítios na internet tais como IBGE, IPEADATA e PNUD. Apesar da melhoria da conjuntura social e econômica ter beneficiado as classes menos favorecidas monetariamente, o país manteve o *status quo*, no que tange a desigualdade social que ainda assola o país. As políticas públicas realizadas entre 2000 e 2015 minimizam a pobreza e a indigência necessários para a reprodução das relações capitalistas.

Palavras-chave: desigualdade social. Indicadores sociais e econômicos.

Abstract: The article aims to present the origin of the concept of socioeconomic development and to verify how it has been happening in Brazil between 2000 and 2015. Specifically, it aims to identify the behavior of economic and social indicators in Brazil during this period. The methodology was the literature review based on the texts by Souza (2012) and Paulani; Braga (2007) who present the theory of classical economic development, Jannuzzi (2012) and Montibeller (2007) who present the concept of the main social indicators. The data related to social and economic indicators were extracted from websites such as IBGE, IPEADATA and UNDP. Despite the improvement of the social and economic conjuncture that benefited the less favored classes, the country maintained the status quo, regarding the social inequality that still plagues the country. Public policies carried out between 2000 and 2015 minimize the poverty and indigence necessary for the reproduction of capitalist relations.

Keywords: social inequality; social and economic indicators.

Submetido em 30/09/2019.

Aceito em 26/03/2020.

* Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Doutoranda no Programa Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – PPGDS-UNIMONTES. Av. Dr. Ruy Braga, s/n Prédio 1- Andar 3 - Sala 1- Bairro Vila Mauricéia, CEP: 39.401-089. E-mail: <paulacares@yahoo.com.br>.

** Professor do curso de Pós-Graduação em Geografia e do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Serra Dourada, 84, Morada da Serra - Montes Claros/MG. CEP 39401-766. E-mail: <marcosesdrasleite@gmail.com>.

Introdução

Apesar do país ainda manter níveis profundos de desigualdade socioeconômica, no período entre 2000 e 2015 vivenciou-se um momento de desenvolvimento socioeconômico, isso em grande medida pode ser explicado pelo aumento dos gastos sociais, a valorização do salário mínimo e a crescente formalização do mercado de trabalho.

À luz dessas considerações este artigo objetiva apresentar o contexto histórico relacionados ao conceito de desenvolvimento socioeconômico e verificar como isso tem se dado no Brasil a partir de 2000. Especificamente o trabalho objetivo identificar o comportamento dos indicadores econômicos e sociais no Brasil a partir de 2000.

A metodologia utilizada na pesquisa foi revisão bibliográfica com base nos textos de Souza (2012) e Paulani; Braga (2007) que apresentam a teoria de desenvolvimento econômico clássica, Jannuzzi (2012) e Montibeller (2007) que apresentam o conceito dos principais indicadores sociais.

Os dados referentes ao PIB - Produto Interno Bruto, IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, Gini, e Linha de Pobreza, entre outros foram extraídos de sítios na internet tais como IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, IPEADATA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e, PNUD - Programa das Nações Unidas em prol do Desenvolvimento que busca analisar o desenvolvimento socioeconômico em abrangência mundial, entre outros.

Além desta introdução, na próxima seção será apresentada a contextualização histórica do conceito de desenvolvimento socioeconômico, na seção seguinte serão conceituadas as principais variáveis que medem a desigualdade socioeconômica. Posteriormente serão analisados o comportamento dos principais índices sociais e econômicos no país entre 2000 e 2015, bem como sua importância e limitação. Finalmente são apresentadas as considerações finais.

1. Uma contextualização histórica do conceito de desenvolvimento socioeconômico

Para a literatura clássica da Ciência Econômica, o termo 'desenvolvimento' objetiva mensurar a produtividade de uma sociedade, no entanto, esse conceito ganhou destaque somente em meados do século XX. Os autores da chamada escola econômica liberal como Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823), John Stuart Mill (1806-1873) e Jean Batiste Say (1767-1832) dedicaram-se ao estudo do crescimento econômico e da distribuição do produto social, no entanto, apesar da contribuição teórica, estes autores limitavam-se em afirmar que o desenvolvimento econômico estava associado à capacidade de acumulação de riqueza.

Durante o século XIX a Europa vivenciou as benesses da revolução industrial e observava o 'progresso da humanidade', no entanto o sistema capitalista começou a passar por crises, cada vez mais

próximas e mais profundas, que culminaram com na Primeira Guerra Mundial, nesse contexto, perde ‘força’ visão otimista sobre progresso retilíneo e contínuo do capitalismo.

Sendo assim, em 1930 ganha destaque a obra de Keynes (1883-1946) intitulada de *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, nessa obra o autor desenvolve a literatura sobre Sistema de Contas Nacionais onde passa a ser possível mensurar em nível agregado a riqueza dos países. Desde então, tornou-se possível a ‘comparação’ entre países com diferentes níveis e estágios de ‘desenvolvimento’ econômico. Dessa forma, a partir da ‘revolução keynesiana’, os economistas e cientista sociais passaram a comparar não somente a produção de bens e serviços dos países, mas também a renda e o consumo, bem como a relação entre esses agregados econômicos (PAULANI; BRAGA, 2007).

Cabe salientar que, o Sistema de Contas Nacionais - *System of National Accounts* (SNA) é elaborado pela Organização das Nações Unidas – ONU, organismo internacional que divulga, periodicamente, um conjunto de recomendações, adotadas pela maioria dos países, a fim de tornar o mais homogêneo possível esse formato.

Dessa forma, a partir de 1940, o Produto Interno Bruto - PIB¹ e Produto Nacional Bruto - PNB passaram a ser consideradas as principais variáveis para medir o desenvolvimento de uma sociedade em determinado período de tempo e, desde então, tem início o debate teórico sobre até que ponto a riqueza produzida por um país se reverte em benefícios para a população na forma de melhorias sociais como saúde, educação e saneamento por exemplo.

Embora, o conceito de ‘desenvolvimento’ esteja fortemente relacionado com as variáveis sociais como educação, habitação e emprego, principalmente após a Segunda Guerra, sua associação às questões econômicas, como nível de renda, renda per capita² e distribuição de renda permanecem centrais. Cabe salientar que, nesse contexto histórico, os Estados Unidos ganham destaque como potência econômica mundial e necessitava deixar clara sua supremacia no contexto internacional, para tanto, formulou uma campanha política que abordava uma nova era do desenvolvimento.

Sendo assim, no final da década de 1940 em um discurso o presidente norte americano Truman utilizou pela primeira vez o termo ‘subdesenvolvimento’, referindo-se aos países que não haviam alcançado o mesmo estágio de desenvolvimento dos países ricos, no que tange a produto, emprego e renda, ou seja, a palavra subdesenvolvimento foi utilizada para indicar atraso e pobreza.

Dessa forma, após o referido discurso dois bilhões de pessoas passaram a ser classificadas como ‘subdesenvolvidas’ e, toda a sua diversidade, o saber local, cultura e identidade que define uma maioria

¹ PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em determinado local e em determinado período de tempo, independentemente da nacionalidade das empresas e dos trabalhadores. PNB corresponde a riqueza gerada em determinada localidade e determinado período de tempo, no entanto entram no cômputo apenas os bens e serviços produzidos pelos trabalhadores e empresas residentes desse determinado local (PAULANI; BRAGA, 2007).

²É o produto agregado de um país, dividido pela população. Indica o nível de renda da população.

heterogênea e diferente nos demais países, passaram a ser medidos pela ‘régua’, pelos termos criados por uma minoria homogeneizante e limitada, os países ‘desenvolvidos’ (ESTEVA, 2000).

Assim sendo, os países subdesenvolvidos passaram a ser caracterizados, por apresentarem crescimento econômico insuficiente e instável, elevadas taxas de analfabetismo, predominância da agricultura como atividade econômica, baixa produtividade, entre outros (SOUZA, 1999).

Nota-se que, até a década de 1960, o conceito de desenvolvimento ainda estava fortemente atrelado à noção de crescimento do produto nacional, ou seja, à capacidade de produzir bens e serviços finais de uma sociedade. Por esse motivo, surge a necessidade de aprimorar o conceito de ‘desenvolvimento’ e, sendo assim, os relatórios das Nações Unidas passam a utilizar o termo ‘desenvolvimento socioeconômico’ como forma de associar o aspecto econômico e o social de um país.

O desenvolvimento socioeconômico leva em conta não apenas o crescimento da capacidade produtiva, mas também a forma como essa riqueza é distribuída no país, bem como a elevação da qualidade de vida da sociedade e a redução das diferenças econômicas e sociais da população (PAULANI; BRAGA, 2007).

No entanto, apesar do avanço teórico, o termo desenvolvimento socioeconômico ainda é entendido como uma consequência do desenvolvimento econômico ‘clássico’ e, é utilizado como um argumento para justificar a concentração de renda que o capitalismo inflige. Este termo ainda baseia-se fortemente em metas e indicadores quantitativos que em muitos casos não conseguem captar a desigualdade social.

De acordo com Sen (2010), o termo crescimento econômico não deve ser considerado um fim em si mesmo, haja vista que trata especificamente do aumento da capacidade de produção de bens e serviços de uma sociedade, não se preocupa com a distribuição da riqueza gerada pelos agentes econômicos. Sendo assim, o termo desenvolvimento socioeconômico, depende do aumento do crescimento econômico e, tem que estar relacionado com a melhoria da qualidade de vida dos agentes de suas possibilidades de escolhas.

A partir de meados da década de 1960, novas abordagens de desenvolvimento surgem na tentativa de avançar na discussão além do rigor dos modelos matemáticos e econômicos, haja vista que, questões importantes como crescimento demográfico, relações de gênero, desemprego, desigualdade social e meio ambiente ainda não encontravam soluções teóricas (RAMOS, 2007).

Dentre os novos conceitos sugeridos, destacam-se o desenvolvimento participativo, desenvolvimento integrado, desenvolvimento humano, desenvolvimento regional e desenvolvimento sustentável. Essas novas abordagens, apesar de suas especificidades, têm em comum o propósito do desenvolvimento do ser humano e não o desenvolvimento das coisas e, principalmente, visa à possibilidade de ampliação das escolhas humanas (SEN, 2010).

À luz dessas considerações, na década de 1990, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH³ no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. O IDH é um índice

³ Cabe salientar que o IDH foi criado a partir do trabalho de dois economistas, o paquistanês Mahbub Ul Haq e o indiano Amartya Sen

sintético que compreende indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: saúde/longevidade, educação e renda.

Baseando-se na ideia de que a qualidade de vida é dada pela liberdade que o indivíduo tem, entende-se que as pessoas precisam pelo menos ter a possibilidade de levar uma vida longa e saudável, acesso a conhecimento e a oportunidade de desfrutar de um padrão de vida digno. Nesse contexto, que o desenvolvimento humano significa alargar as escolhas das pessoas atribuindo maior destaque à riqueza de vidas humanas como saúde e educação e não considerar apenas os aspectos econômicos como nível de renda e acumulação de capital.

Enfim, de acordo com Sen (2010) para que exista desenvolvimento humano é necessário que fatores sociais, políticos e econômicos como, pobreza, falta de renda, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva, sejam superados para que os agentes sociais tenham direito as escolhas e as oportunidades.

2. As variáveis que medem o desenvolvimento social e econômico: importância e limitações

O estudo sobre indicadores sociais tem origem nas décadas de 1920 e 1930 mas, somente na década de 1960 ganharam relevância científica, já que, a partir dessa data passou-se a mensurar e comparar o impacto de políticas sociais nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Ressalta-se que, à época o conceito de PIB *per capita* tornou-se insuficiente pois, não conseguia captar o bem-estar social dos países (JANNUZZI, 2012).

Sendo assim, instituições multilaterais como Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, Organização Internacional do Trabalho - OIT e, Organização Mundial da Saúde - OMS, realizaram em um esforço conceitual e metodológico para a construção de instrumentos de mensuração do bem-estar social, bem como a compreensão dos processos de mudanças sociais. Como resultado desse esforço houve a publicação dos livros *Social Indicators Toward a Social Report*, que são considerados os ‘clássicos’ da literatura sobre Sistemas de Indicadores Sociais (JANNUZZI, 2012).

À luz dessas considerações, os indicadores sociais buscam quantificar a complexa realidade de uma sociedade e, apesar de fornecerem bases para análises, por si só não são suficientes para descrever o nível de desenvolvimento de uma região, os indicadores encontrados devem ser analisados juntamente com arcabouço teórico adequado às especificidades locais. Cabe salientar que os indicadores sociais são analisados com base na inter-relação com os indicadores econômicos (MONTIBELLER, 2007).

Apesar das dificuldades em serem quantificados ainda assim, os indicadores sociais possibilitam mensurar as condições de vida e o bem-estar da população sendo utilizados, em grande medida, para a

formulação de políticas públicas nas diferentes esferas do governo. Cabe ressaltar que os indicadores sociais são estimativas amostrais que se referem à população ou a grupos sócio demográficos específicos e, são expressos como taxas, proporções, médias, índices, distribuição por classes ou por cifras absolutas (JANNUZZI, 2012).

Os indicadores sociais mais utilizados estão sintetizados no Quadro 1.

Indicador de saúde	Mortalidade Infantil
	Esperança de vida ao nascer
	Consumo de calorias
Indicador de educação	Índice de analfabetismo
	Índice de escolarização
	Grau de instrução
Indicador de trabalho	Taxa de desemprego
Indicador de habitação	Residência fixa
	Densidade domiciliar
	Condições de moradia

Quadro 1 – Indicadores Sociais.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Montibeller (2007).

No Quadro 1 nota-se que, os indicadores sociais expressam as variações nas condições de vida humana que possibilitam dignidade, longevidade e conhecimento. Dentre os indicadores de saúde destaca-se o índice de mortalidade infantil que, considera a quantidade de crianças mortas antes de atingirem um ano de vida, ou até cinco anos de idade dependendo a metodologia utilizada (MONTIBELLER, 2007).

Dentre os indicadores de educação, cabe salientar que o índice de analfabetismo refere-se a quantidade de analfabetos em porcentagem existente na população com idade acima de 10 anos. O índice de escolarização diz respeito a relação entre população escolarizada e a população escolarizável. E, o grau de instrução refere-se ao número de matriculados nos cursos de nível médio, profissionalizante e superior (MONTIBELLER, 2007).

No Quadro 1, a taxa de desemprego indica a quantidade de pessoas desempregadas em relação à população economicamente ativa - PEA. Com relação aos indicadores de habitação, o índice de residência fixa refere-se ao número de domicílios particulares permanentes em relação ao número total de famílias. O índice de densidade domiciliar registra o número de pessoas por cômodo do domicílio e, as condições de moradia referem-se ao número de moradias que possuem dispõem dos serviços públicos de água e luz em relação ao total de moradias (MONTIBELLER, 2007).

Os indicadores socioeconômicos mais utilizados para medir a desigualdade e a qualidade de vida de uma região são a Renda *per capita*, Índice de Gini, IDH e a linha da pobreza (Quadro 2).

Indicadores	Conceito	Índices (variação)
Renda <i>per capita</i>	É o produto agregado de um país, dividido pela população. Indica o nível de renda da população.	País em desenvolvimento – US\$ 10 mil (renda média) País desenvolvido - US\$ 30mil (renda média)
Gini	Mede o grau de concentração de renda de uma determinada localidade	Varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 pior a concentração da renda.
IDH	Objetiva avaliar a qualidade de vida nos países.	Varia de 0 a 1. 0 – 0,5 – baixo desenvolvimento humano. 0,5 – 0,8 – médio desenvolvimento humano. 0,8 – 1 – alto desenvolvimento humano.
Linha da Pobreza	Indica o mínimo de renda que um habitante deve possuir para satisfazer suas necessidades básicas	US\$ 1,00 e US\$2 ,00 por dia, por pessoa.

Quadro 2 - Síntese dos principais indicadores socioeconômicos utilizados como medida de desigualdade social. Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Paulani; Braga (2007); IPEDATA (2019).

No Quadro 2, o índice de renda *per capita* mostra o nível de renda da população de um país e por esse motivo é considerado um indicador qualitativamente superior ao PIB. De acordo com o Banco Mundial (2017) no ano de 2014 o PIB *per capita* do brasileiro foi cerca de US\$ 12 mil por ano, o que deveria indicar que a população brasileira possui condições mínimas de qualidade de vida, apesar de distante dos padrões praticados nos países desenvolvidos, haja vista que, nesse mesmo ano a renda *per capita* de um japonês foi de pouco mais de US\$ 38 mil.

Cabe salientar que, o índice de renda *per capita* é uma média e, não informa sobre como a riqueza é realmente distribuída na sociedade, dessa forma é considerado um indicador insuficiente para descrever o grau de desenvolvimento socioeconômico de uma determinada sociedade, bem como a qualidade de vida da população. Ressalta-se também que, ao utilizar o índice de renda *per capita* em análises de comparações internacionais são necessários ajustes para refletir as diferenças do poder de compra da moeda em cada país e eliminar o efeito da variação das taxas de câmbio (JANNUZZI, 2012).

O índice de Gini mede o grau de concentração de renda de uma localidade, para tanto divide a sociedade em cinco estratos onde cada estrato corresponde à 20% da população e, com base nisso mede a parcela da renda acumulada por cada um desses estratos. Esse índice varia de zero a um e, quanto mais próximo de um pior é a concentração de renda em determinada localidade (Quadro 2).

O IDH foi idealizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e é publicado nos Relatórios do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. O IDH é calculado desde o início da década de 1990 em mais de 170 países e, objetiva ponderar o índice de renda *per capita* com indicadores sociais para avaliar a qualidade de vida nos países (PAULANI; BRAGA, 2007).

O IDH considera para o seu cálculo três indicadores: a) renda *per capita* - renda medida em US\$ para refletir a paridade do poder de comprar em nível internacional, b) saúde - índice de esperança de vida ao nascer e, c) educação - média ponderada de outros dois indicadores, a taxa de alfabetização de adultos e a taxa de escolaridade nos níveis primário, secundário e superior. O IDH varia entre zero e um, se o índice

medir entre 0 e 0,5 indica baixo desenvolvimento de um país, se o índice medir entre 0,5 e 0,8 indica médio desenvolvimento de um país e, se o índice medir entre 0,8 e 1 indica alto desenvolvimento de um país (Quadro 2).

Cabe salientar que o IDH representa um avanço na análise socioeconômica, no entanto não esgota a questão, haja vista que importantes variáveis sociais ainda permanecem excluídas no seu cômputo como o índice de desemprego e indicadores de habitação.

Por fim, a Linha de pobreza estabelece uma renda diária mínima para identificar as pessoas em extrema pobreza, na literatura não há um consenso quanto ao valor monetário dessa renda, já que, em grande medida isso depende dos custos da cesta básica que varia de região para região, no entanto definiram-se padrões de US\$1,00 e US\$2,00 por dia, por pessoa. No Brasil, a linha de pobreza é normalmente estabelecida em $\frac{1}{2}$ salário mínimo da renda familiar *per capita*. Para recebimento de benefícios sociais o governo considera em situação de pobreza e extrema pobreza, famílias caracterizadas pela renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 170,00 e de R\$ 85,00, respectivamente⁴ (IBGE, 2019).

3. Resultados alcançados

Entre 2000 e 2014 o PIB da economia brasileira cresceu continuamente, passando de R\$1,2 trilhão em 2000 para 5,7 trilhões em 2014 e, 6,6 trilhões em 2017, o aumento do PIB é condição basilar para a melhoria dos demais indicadores econômicos e sociais de um país, esse aspecto foi acompanhado de uma significativa redução de pessoas em situação de extrema pobreza, que passaram de 15,19% da população em 2001, para 4,2% em 2014 (Quadro 3).

Indicador	Ano		
	2000	2004	2014
PIB per capita (R\$)	6.900,62	10.705,99	28.648,74
Índice de Gini	0.596 *	0.572	0.518
IDH	0.683	0.792	0.755
Linha da pobreza	15.19% *	13.22%	4.20%

Quadro 3 - Comportamento dos principais indicadores socioeconômicos no Brasil entre de 2000 e 2014.

*Dados referentes do ano 2001.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos do IPEADATA, IBGE e Banco Mundial.

Nota-se no Quadro 3 que, o PIB *per capita* no Brasil no período entre 2000 e 2004 teve uma evolução pouco significativa e, no período de 2004 para 2014 nota-se uma acentuada expansão da renda, isso em grande medida se deve a estabilidade dos preços, ao aumento real do salário mínimo, a maior formalização

⁴Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016 – valores monetários referentes ao ano de 2016.

no mercado de trabalho e, ao aumento dos gastos sociais em educação e em programas de transferência direta de recursos.

Os dados do Gráfico 1 apresentam a variação em porcentagem do PIB e da renda *per capita* no Brasil entre 2000 e 2017, nota-se que, entre 2000 e 2010, houve um crescimento do PIB e, conseqüentemente do PIB per capita. A partir de 2010 percebe-se uma desaceleração da atividade econômica, isso em parte pode ser explicado pela crise internacional de 2009 que afetou os mercados financeiros e, em parte pelo início da crise política no país que, culminou com o golpe parlamentar em 2016 onde a Presidente Dilma Rousseff não pôde terminar seu mandato.

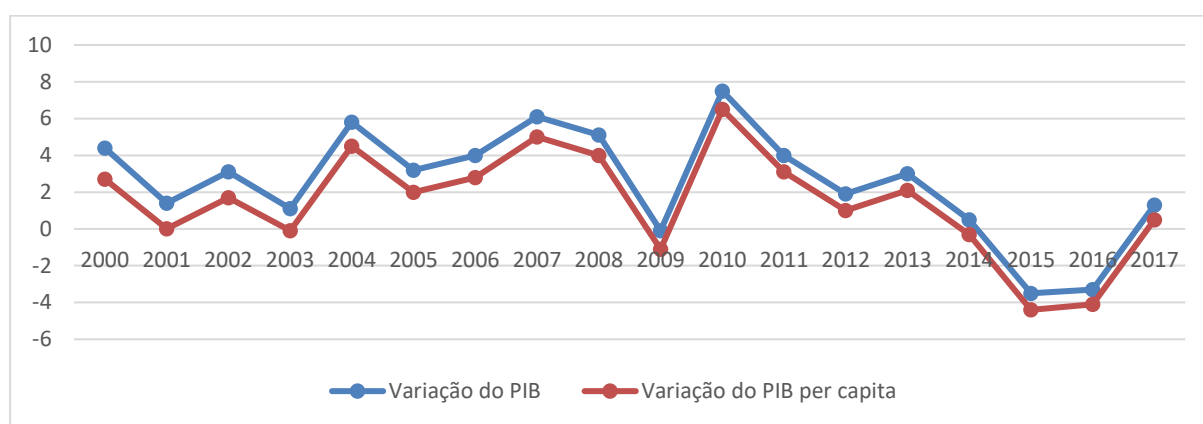


Gráfico 1 – Variação em % do PIB e da renda per capita no Brasil, entre 2000 e 2017.
Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados do IBGE e IPEADATA, 2019.

Os dados do Gráfico 2, demonstram que no período analisado a taxa de desemprego teve uma tendência de queda, passando de 10,5% da PEA em 2003 para 6,7% em 2012 e, passando a aumentar a partir desse período.

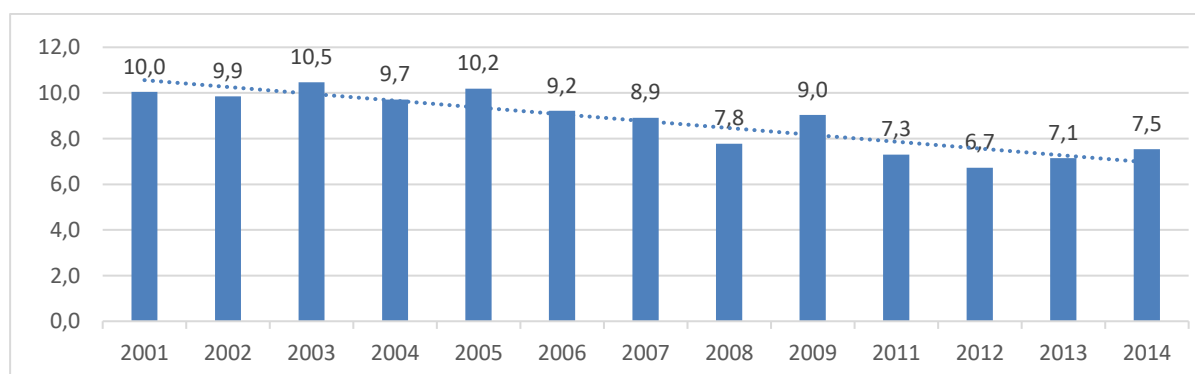


Gráfico 2 – Taxa de desemprego no Brasil entre 2001-2014.
Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados do IBGE e IPEADATA, 2019.

Nota-se no Gráfico 3 que, devido a redução da atividade econômica e também devido ao golpe parlamentar ocorrido em 2016, a taxa média de desocupação subiu para 12,3% em 2018 e, em 2019 o contingente de pessoas desempregas passou para 12,6 milhões, um aumento de cerca de 90% na comparação com o ano de 2014, quando atingiu o número de desempregados era de 6,8 milhões de pessoas. Nota-se dessa forma que, o golpe político contra a democracia favoreceu, fortemente, a retomada a concentração de renda e do aumento da desigualdade social (GONÇALVEZ, 2012; MITIDIERO JUNIOR, M. A.; FELICIANO, C. A., 2018).



Gráfico 3 - Taxa de desocupação, jan-fev-mar 2012 - nov-dez-jan 2019.
Fonte: IBGE, 2020.

Ainda de acordo com o Quadro 3 e Gráfico 4 observa-se que o coeficiente de Gini apresentou redução no período analisado, nos quatro primeiros anos, uma redução de 4% e, nos dez anos seguintes, o coeficiente diminuiu 9,44%, isso indica que a riqueza gerada no país durante esse período foi melhor distribuída entre as diferentes classes sociais.

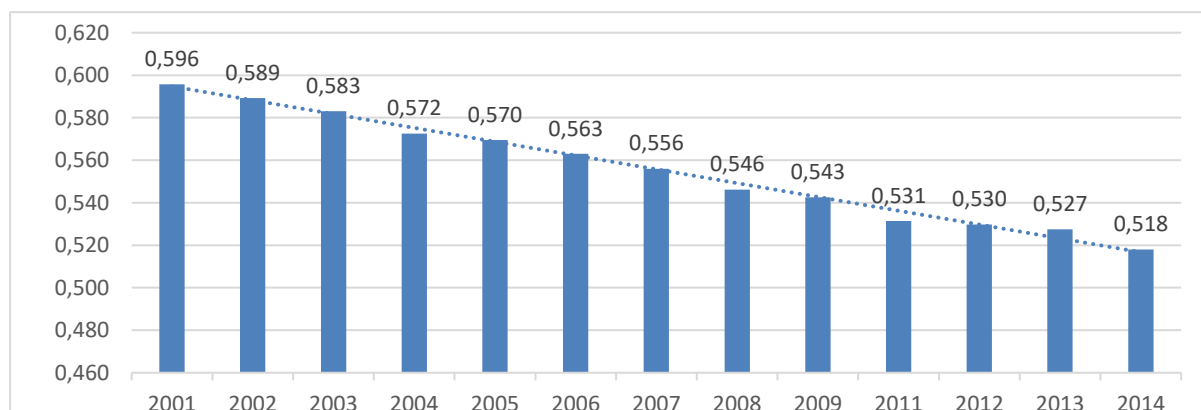


Gráfico 4 - Variação do Índice de Gini no Brasil - 2001 - 2014.
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE e IPEA (2019).

Com relação ao IDH verifica-se que, no período analisado houve um aumento desse indicador, ou seja, ocorreram melhorias não apenas quantitativas como aumento da renda *per capita* mas, também saltos qualitativos expressos pelo aumento do número de matrículas em todos os níveis de escolaridade bem como melhoria nas condições de vida da população que culminaram em uma maior longevidade.

Enfim, a redução da desigualdade de renda e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, mensuradas pelo índice de Gini e pelo IDH, implica em menores taxas de mortalidade infantil e maior expectativa de vida ao nascer, tais aspectos podem ser resultado do aumento do acesso a direitos básicos e maior oferta de serviços essenciais como acesso à água encanada e energia elétrica bem como assistência médica.

No Gráfico 5, nota-se que no período analisado a taxa de mortalidade infantil reduziu de 29 bebês com menos de um ano de idade por mil nascidos vivos em 2000, para 17 em 2010 e, no ano de 2018 esse índice foi de 12. Em uma comparação internacional esse índice está abaixo do índice verificado em países como Somália e Paquistão, onde a mortalidade foi respectivamente 95 e 52 bebês com menos de um ano de idade por mil nascidos vivos em 2017, no entanto o índice de mortalidade infantil brasileira ainda é maior do que o verificado em países desenvolvidos como Alemanha e Itália, que possuem um índice de mortalidade de 3 bebês por mil nascidos vivos no de 2017 (Indexmund, 2019).

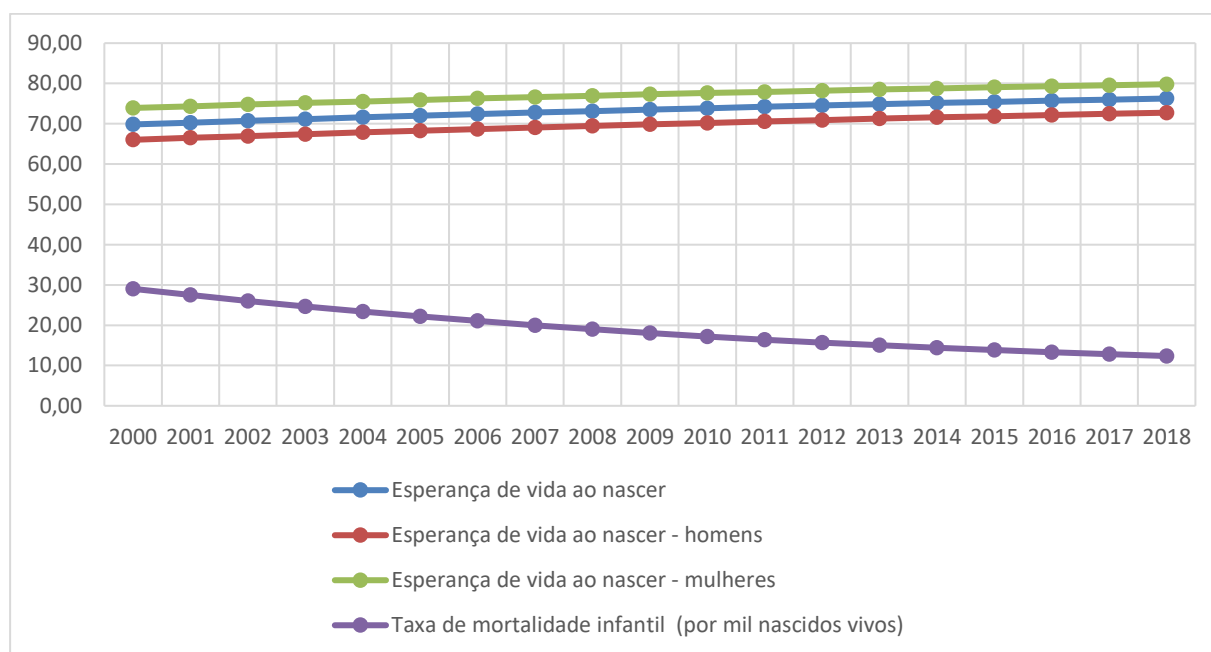


Gráfico 5: Esperança de vida ao nascer e Taxa de mortalidade infantil no Brasil entre 2000-2018.
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos do IBGE (2019).

Ainda de acordo com o Gráfico 5, no que tange à esperança de vida ao nascer, nota-se que entre os anos 2000 e 2018 essa variável aumentou em média 6 anos, passando de 70 para 76 anos, no entanto, em

2018 a esperança de vida ao nascer das mulheres era de cerca de 80 anos e dos homens quase 73 anos. Historicamente e mundialmente as mulheres vivem mais tempo que os homens, em grande medida isso pode ser explicado pelas mortes associadas às causas externas ou não naturais que afligem adultos jovens do sexo masculino que incluem os homicídios, suicídios, acidentes de trânsito, afogamentos, quedas acidentais entre outras (IBGE, 2019).

O Gráfico 6, apresenta que o número de pessoas pobres e extremamente pobres no Brasil entre o ano 2001 e 2014. Em 2001 haviam cerca de 59 milhões de brasileiros pobres e, 25,5 milhões vivendo na extrema pobreza, em 2014 verificou-se uma redução do número de brasileiros considerados pobres para 25,8 milhões e, a população vivendo em extrema pobreza diminuiu para 8,2 milhões de pessoas.

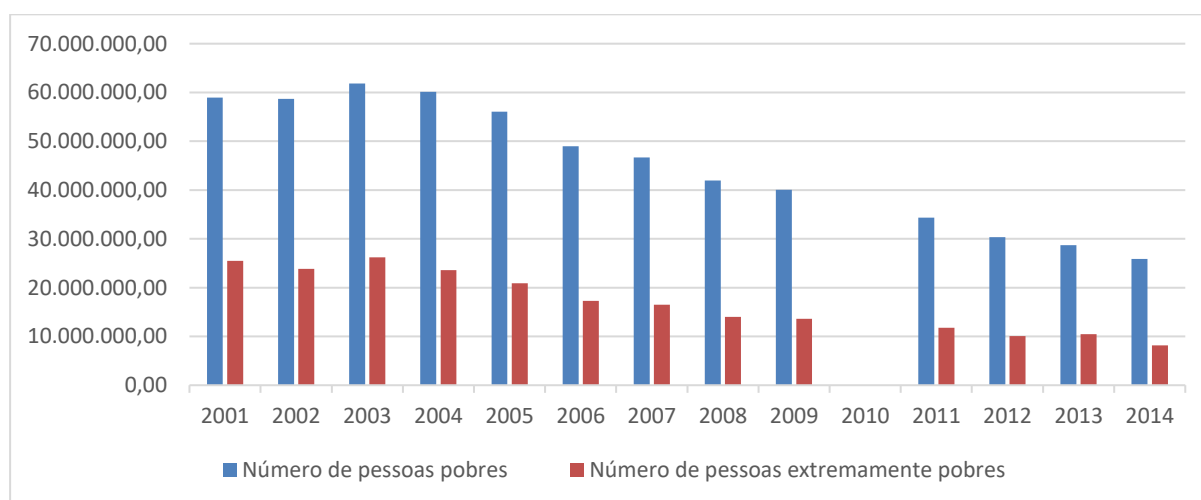


Gráfico 6 - Número de pessoa pobres e extremamente pobres no Brasil entre 2001-2014.
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos do IPEADATA (2019).

À luz dessas considerações Oxfam (2017), destaca que o aumento da renda da população de baixa renda não tem sido suficiente para reduzir a grande desigualdade social no país, visto que entre 2001 e 2015, os 10% mais ricos se apropriaram de 61% da riqueza, enquanto a fatia dos 50% mais pobres apoderaram-se de 18%. Neste mesmo período, a concentração de renda no 1% se manteve estável, no patamar de 22% a 25% da riqueza total, bem como a participação na renda dos 40% mais pobres da população que ficou em torno de 7% da riqueza produzida no país.

Sendo assim, de acordo com o relatório do Oxfam (2017, p. 18), a melhoria dos indicadores sociais, entre 2000 e 2015, pode ser explicada por mudanças estruturais na sociedade brasileira como “(...) crescimento econômico, alterações demográficas e migrações, inclusão da mulher no mercado de trabalho, políticas federais de redistribuição de recursos para a oferta de infraestrutura básica e a transição de um

regime ditatorial para a democracia”. Cabe salientar que essa conjuntura, apesar de manter o *status quo*, contribuiu para a retirada do Brasil do mapa da fome⁵ da ONU, em 2015.

Apesar das melhorias dos indicadores sociais e econômicas apontadas ao longo do texto, após o golpe parlamentar de 2016, verifica-se que a concentração de renda e a desigualdade social voltaram a aumentar, isso pode ser mensurado pela volta do país ao mapa da fome da ONU em 2017, e o aumento do número de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza. Em 2018, o IBGE registrou o aumento do número de pessoas nessa situação, 13,5 milhões de brasileiros, ou seja, são pessoas que sobrevivem com renda mensal *per capita* inferior a R\$ 145, ou U\$S 1,90 por dia (IBGE, 2019).

De acordo com os dados do IBGE (2018), em 2017 a massa de rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* foi de R\$ 263,1 bilhões, os 10% da população com os menores rendimentos detiveram 0,7% da massa total de rendimento, enquanto os 10% com os maiores rendimentos ficavam com 43,3% dessa massa. O Gráfico 7 apresenta a distribuição da massa de rendimento mensal real domiciliar *per capita*, segundo as classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar *per capita* no Brasil entre 2016-2017.

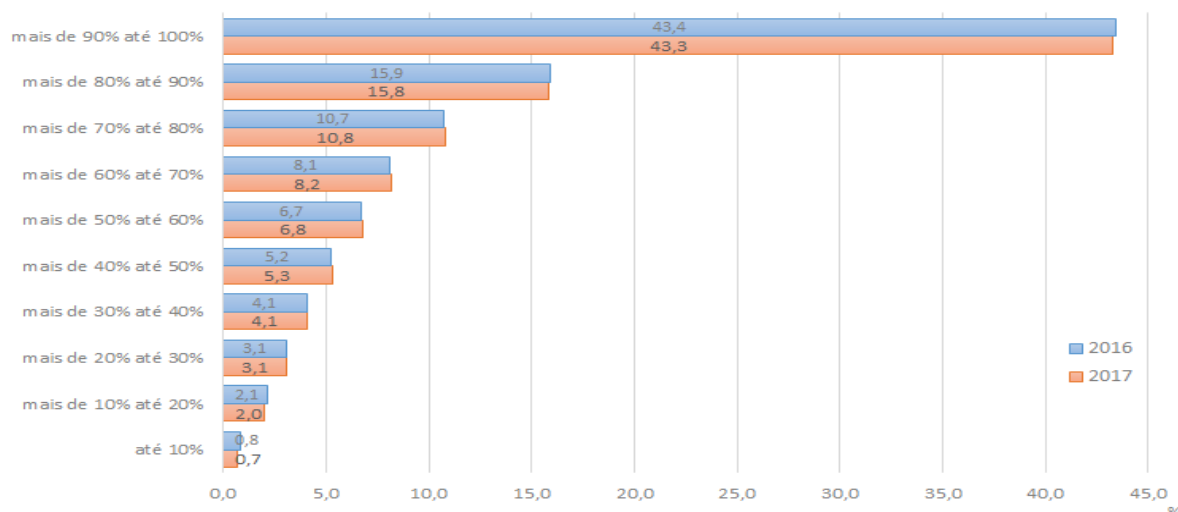


Gráfico 7 - Distribuição da massa de rendimento mensal real domiciliar *per capita*, segundo as classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar *per capita* no Brasil entre 2016-2017
Fonte: IBGE, 2018.

Em 2017 o rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* foi de R\$ 1.271, cabe salientar que 73,8% do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* efetivamente recebido pela população era composto pelo rendimento de todos os trabalhos e, 19,4% advêm de aposentadoria ou pensão.

⁵ O Mapa da Fome no mundo é divulgado periodicamente, desde 1990, pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-FAO. O mapa indica os países onde parte significativa da população está ingerindo quantidades diárias de calorias abaixo do padronizado internacionalmente (FAO, 2019).

Em 2018, acentua-se desigualdade entre os trabalhadores brasileiros, isso em certa medida pode ser explicado, pela ausência de aumento real do salário mínimo e pelo aumento do desemprego gerado pelo baixo crescimento econômico.

Considerações Finais

No período de análise verifica-se uma melhoria nos indicadores sociais e econômicos do país, em certa medida isso é reflexo, das políticas públicas adotadas nesse período, haja vista que essas políticas vislumbraram a redução da pobreza por meio de programas de transferência de renda e buscavam impulsionar o crescimento econômico e a geração de empregos com carteira assinada.

Entre 2000 e 2015, o país viveu um período de desenvolvimento socioeconômico pois além de crescer economicamente, conseguiu melhorar os indicadores sociais, isso permitiu que milhares de pessoas deixassem a pobreza e a extrema pobreza, esses aspectos favoreceram a melhoria da condição de vida da população brasileira.

Apesar da melhoria da conjuntura social e econômica ter beneficiado as classes menos favorecidas monetariamente, conclui-se que o país manteve o *status quo*, no que tange a grande desigualdade social que ainda assola o país, ou seja, as políticas públicas realizadas entre 2000 e 2015 minimizam a pobreza e a indigência necessários para a reprodução das relações capitalistas.

Ressalta-se ainda que, após o golpe parlamentar de 2016, a democracia brasileira foi fortemente comprometida, muitas conquistas sociais foram perdidas e houve a piora dos indicadores sociais e econômicos como a queda do PIB, o aumento do número desempregados e de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, bem como a volta do Brasil ao mapa da fome da ONU.

Referências bibliográficas

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Rio de Janeiro – Petrópolis: Vozes, 2000.

FAO - **Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação**. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>. Acesso em nov. 2019.

GONÇALVES, R. Redução da desigualdade de renda no governo Lula: análise comparativa. In: SALVADOR, E. *et al.* (orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Vários acessos. 2019.

- Indexmund. **Mapa comparativo entre países**. Disponível em:
<https://www.indexmundi.com/map/?v=29&l=pt>. Acesso em nov. 2019
- IPEADATA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em
<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Vários acessos.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.
- KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação**. 2ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os economistas).
- NERI, Marcelo Côrtes; SOUZA, Pedro Herculano Cavalcanti Ferreira de. (Baseado). **A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**. Ipea. 2012.
- MELO, Thiago da Silva. Latifúndio e descumprimento da função social da terra no Brasil. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia-MG, v. 20, n. 71, Setembro/2019 p.137-151.
- MITIDIERO JUNIOR, M. A.; FELICIANO, C. A. A VIOLÊNCIA NO CAMPO BRASILEIRO EM TEMPOS DE GOLPE E A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAL. **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 220-246, 2018.
- MONTIBELLER, F. G. **Empresas, desenvolvimento e ambiente: diagnóstico e diretrizes de sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2007. (Coleção Ambiental)
- OXFAN. **A distância que nos une: um relatório das desigualdades brasileiras**. 2017.
- PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bibik. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- RAMOS, Pedro. Referencial Teórico e Analítico Sobre a Agropecuária Brasileira. **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas instituições e perspectivas**. Brasília: MDA, 2007. (Nead Estudos; 15)
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 4ed. São Paulo: Atlas, 1999.